



## **Resolução**

# **Defender os Trabalhadores, Afirmar Conquistas, Exigir Direitos**

### **Defender os Trabalhadores**

A Administração Pública é fundamental para o desenvolvimento económico, social e cultural do nosso país.

Mesmo nas situações mais difíceis e com retirada de direitos, como aconteceu nos últimos anos, os trabalhadores da Administração Pública Central, Regional e Local empenharam-se para garantir o acesso de todos à saúde, à educação, à segurança social, à justiça, à cultura, ao abastecimento e tratamento de águas e à recolha de resíduos e limpeza urbana, entre outros.

É a Administração Pública que perante a insegurança generalizada causada pela política de direita capitalista, garante um mínimo de segurança às populações através da promoção e manutenção de sistemas públicos e através do respeito pelos direitos como forma de satisfazer as funções sociais do Estado.

Não há Administração Pública capaz de exercer todas estas funções e de responder cabalmente às necessidades do país e dos portugueses sem trabalhadores e, fundamentalmente, sem trabalhadores qualificados e motivados, o que passa pelo respeito pela dignidade do exercício profissional e pelos seus direitos, o que não tem acontecido.

A destruição das carreiras, o congelamento das progressões, o corte das remunerações, o aumento do horário de trabalho, as sistemáticas alterações no estatuto laboral e no sistema de pensões, retiraram direitos e degradaram as condições de vida dos trabalhadores. Estes fatores criaram grande instabilidade e empurraram prematuramente dezenas de milhares de trabalhadores para a aposentação antecipada e levaram outros a rescindir os seus vínculos laborais com graves consequências para os primeiros, para os serviços e populações.



## **Afirmar Conquistas**

Nas últimas eleições legislativas com a nova correlação de forças na Assembleia da República, foi criado um novo quadro político. As atuais condições políticas permitiram a inversão de algumas políticas de ataque aos direitos e às condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública.

Mas foi a luta dos trabalhadores que determinou a reversão dessas medidas impostas pelo anterior governo PSD/CDS e pela troika, designadamente:

- a reversão dos cortes nos salários acima dos €1.500,00 (concluído no corrente mês);
- a redução da sobretaxa de IRS em 2016 e a sua eliminação em 2017;
- a reposição do horário semanal para as 35 horas (compromisso ainda por cumprir para vários grupos de trabalhadores);
- a reposição dos feriados roubados.

Estes avanços são positivos mas limitados. É necessário e é possível ir mais longe na dignificação das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública. Em 2017, para pagamento dos juros da dívida, estão previstos 8 mil milhões de euros na proposta de Orçamento do Estado e para parcerias público-privadas 1,6 mil milhões de euros demonstrando assim que o Governo teima em não romper com o Tratado Orçamental e não renegociar a dívida para resolver problemas mais prementes do país.

## **Exigir Direitos**

A Proposta Reivindicativa Comum para 2017 contém reivindicações legítimas e justas que garantem maior dignidade aos trabalhadores da Administração Pública que tanto têm sofrido com anos de políticas de direita. Entre outras exigências, destacam-se:

- O aumento real dos salários e das pensões em 4%, sendo garantido um mínimo de €50,00 quando esse valor não é atingido, por forma a iniciar a recuperação das perdas salariais ocorridas nos últimos anos, fruto do congelamento dos salários desde 2009 e das carreiras desde 2005;
- A atualização do salário mínimo da Administração Pública para €600,00;
- O descongelamento da progressão nas carreiras e posições remuneratórias;
- A aplicação do horário semanal de 35 horas a todos os trabalhadores que exerçam funções públicas, quer em regime de contrato de trabalho em funções públicas, quer com contrato individual de trabalho;



- A reposição dos escalões de IRS existentes antes das alterações introduzidas com a entrada da troika em Portugal, introduzindo mais justiça fiscal e protegendo os rendimentos do trabalho;
- A reposição dos dias de férias roubados, garantindo 25 dias de férias, majorados com dias de idade e serviço, independentemente do vínculo laboral.
- A revogação das normas mais gravosas da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- O fim de todas as formas de precariedade da Administração Pública;
- A revogação do SIADAP;
- A defesa da negociação e da contratação coletiva, do sistema público de pensões e da ADSE mantendo-a como sistema público complementar de saúde na Administração Pública, reduzindo o valor das contribuições para 1,5%/12 meses, para os aposentados e trabalhadores da Administração Pública, independentemente do tipo de vínculo;
- A revogação do Decreto-Lei n.º 133/2013 (Regime Jurídico do setor público empresarial), designadamente no que diz respeito ao cumprimento da negociação e contratação coletiva.

**Face ao que antes se reclama, os dirigentes e delegados sindicais da Administração Pública, reunidos em Plenário da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, a 18 de Outubro de 2016, na Casa do Alentejo, em Lisboa, decidem:**

- 1. Lutar pela PRC/2017, desfilando hoje até ao Ministério das Finanças, demonstrando assim, publicamente, a sua determinação nessa luta e exigindo do governo resposta às nossas propostas, permitindo solucionar vários problemas da Administração Pública;**
- 2. Caso o Governo não responda às expectativas e reivindicações dos trabalhadores, convocar uma Manifestação Nacional de Trabalhadores da Administração Pública para o próximo dia 18 de Novembro, em Lisboa, envolvendo todos os trabalhadores.**

Lisboa, 18 de Outubro de 2016